

**O centro histórico de Lisboa enquanto ecomuseu:
construindo pontes entre os turistas, os locais e o património**

DOI: 10.2436/20.8070.01.66

Fernando Paulo Oliveira Magalhães

Doutor em Antropologia com Especialidade em Museologia e Património pelo Instituto
Universitário de Lisboa, Portugal.

Professor do Instituto Politécnico de Leiria da Escola Superior de Educação e Ciências
Sociais, Portugal.

E-mail: fmagalhaes@ipleiria.pt

Resumo

A *turismofobia* ainda não chegou a Lisboa, pelo menos com a violência que tem atingido outras cidades como Barcelona ou Veneza. Contudo, no seio da sociedade local do Centro Histórico de Lisboa (CHL), o conceito de *gentrificação* já se tornou moda no vocabulário do senso comum. Este facto deve-se aos inúmeros hostéis, hotéis, e outras entidades ao serviço do turismo, que abrem frequentemente nas freguesias da zona histórica da cidade, bem como à sua procura por gente famosa, acusada de espoliar antigos habitantes das suas residências. É gente maioritariamente idosa e detentora de parques rendimentos, impossibilitada de comprar ou de pagar rendas cada vez mais elevadas. Contudo, o crescimento do turismo, com particular incidência na zona histórica de Lisboa, tem-se revestido de aspetos positivos, quer qualitativos, quer quantitativos. Na verdade, tratava-se de uma zona degradada e abandonada, povoada por edifícios históricos em ruína e em risco de perda irreversível. Muitos desses prédios tornaram-se locais de toxicoddependência e passaram a ser habitados e frequentados por toxicoddependentes. Graças ao interesse que o CHL tem despertado junto de turistas, ele atualmente está sendo recuperado massivamente. Mas, os encontros entre os diversos atores sociais que passaram a frequentar o espaço, não está isento de conflitos. Apresentamos, por isso, a aplicação do conceito de Ecomuseu ao CHL como uma estratégia que serviria para uma partilha frutífera de experiências entre todos eles, evitando-se dessa forma, a emergência de tensões. Ao mesmo tempo, apresentamos uma visão crítica sobre conceitos como tradição e autenticidade, tantas vezes mal entendidos.

Palavras-chave: Centro Histórico de Lisboa, património, turismo, ecomuseu.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal foi visitado, em 2016, por cerca de 21 milhão de turistas (ESTATÍSTICAS DE TURISMO 2016, 2017). Comparando a proporção de visitantes com a de residentes, o país conta com cerca de 2/1 visitantes *versus* residentes. Perfazendo o dobro da população, a entrada massiva de turistas em Portugal, tem levantado determinadas questões aos residentes. Entre as mais comuns, argumenta-se que o turismo conduz à destruição da autenticidade e da tradição, em particular, nos centros históricos das cidades de Lisboa e do Porto, expulsando ao mesmo tempo os moradores mais antigos destas zonas. Aqueles sítios, juntamente com o Algarve, constituem os principais *locus* turísticos portugueses.

Ainda, segundo o INE, a região de Lisboa recebeu mais de 6 milhões de turistas, no ano de 2016, constituindo o CHL, o *coração* desta grande quantidade de visitantes. Se por um lado o crescente fluxo de visitantes ao CHL tem contribuído para a regeneração de uma área histórica, anteriormente abandonada e degradada, por outro, começa a observar-se uma certa conflitualidade entre residentes e turistas. Introduzindo-se no vocabulário popular conceitos como *gentrificação* ou *turismofobia*, turistas e gente famosa que descobriu o património do CHL, e aí decidiu viver, são frequentemente acusados de constituírem a causa do encarecimento das habitações e de espoliarem residentes antigos dos bairros históricos. Estes, na maioria das vezes detêm baixos rendimentos e, em consequência, um baixo poder de compra.

Partindo destas premissas, pretendemos discutir se o conceito de ecomuseu, e a sua aplicabilidade ao CHL, se pode constituir como uma solução que conduza à construção de pontes entre todos os frequentadores do CHL, de modo a que possam usufruir do mesmo espaço, numa interação enriquecedora, quer para moradores, quer para visitantes.

A nossa discussão levou à estruturação deste texto em três subcapítulos. No primeiro, intitulado *Centro histórico de Lisboa: um ecomuseu*, iremos abordar os conceitos de museu, de ecomuseu, de centro histórico e de meio urbano, tendo-se em conta a herança histórica das cidades europeias e a sua cada vez maior frequência turística. Pretenderemos entender se o ecomuseu, aplicado ao CHL, poderá constituir um meio eficaz na construção de pontes entre visitantes e visitados.

De seguida, em *Património cultural e turismo: da falsa autenticidade à invenção da tradição*, e partindo da ideia difundida entre a população local, de que o turismo destrói a tradição e a autenticidade das cidades históricas, procuraremos desconstruir esta ideia, tão amplamente veiculada, também, no seio da sociedade portuguesa, em geral. Será necessário entender a problemática em torno dos conceitos de tradição e de autenticidade, associadas ao centro histórico de Lisboa, há muito quase desabitado, para que se procure desconstruí-los.

Por fim, em *Em direção a um turismo reflexivo*, pretendemos que, quer o residente, quer o turista, larguem os preconceitos e as desconfianças que possuem relativamente a cada um dos seus pares. Todos nós, ainda que tenhamos apenas como destino a visita a determinado membro da família, seremos, em algum momento da vida, ambos, visitantes e visitados.

2 CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA: UM ECOMUSEU?

Em 2005, em resultado das nossas investigações sobre museus, património e identidades, indagámos, de forma problematizada, o conceito de museu. Investigámos a sua emergência enquanto instituição moderna, inventada no século XVIII, com uns propósitos educacionais que pretendiam materializar a comunidade de identidade nacional, através da pretensa democratização do acesso à cultura por parte do que se desejava serem os cidadãos. A partir dos ensinamentos proporcionados através da interpretação do património, os *novos* cidadãos deveriam desenvolver sentimentos de pertença e de afetividade em torno da nova comunidade geográfica composta pelo Estado-Nação. Os museus

eram por definição acessíveis a toda a gente, independentemente da sua classe, pelo que funcionavam como uma demonstração clara do empenho do Estado na luta pela igualdade. O museu de arte conferia à cidadania um conteúdo, em que a obra de arte se tornava no meio através do qual se estabelecia a relação entre o indivíduo enquanto cidadão e o Estado enquanto benfeitor (DUNCAN, 1991).

A abertura dos novos espaços museológicos ao público era consonante com os ideais nascidos da Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade pelo que deveriam

transformar-se em locais privilegiados de transmissão de conhecimentos, abertos a todos, em geral, e não mais apenas a alguns privilegiados. Por outro lado, as mudanças verificadas nas instituições expositivas devem também ser vistas à luz do aparecimento do Estado-Nação e da noção de comunidade de identidade nacional, que em finais do século XVIII e no XIX estava em concomitância com um outro factor: a progressiva perda de fé religiosa, substituída em crescendo pelo secularismo (MAGALHÃES, 2005, p. 40).

Dotado de um corpo de técnicos burocráticos e elitistas, o museu rapidamente se converteu num instrumento apropriado pela nova classe ascendente, a burguesia, para consolidar o seu poder, quer perante a “moribunda” nobreza, quer perante a massa populacional, composta pelo operariado e em menor grau, pelos camponeses. A partir dos ensinamentos e dos conhecimentos proporcionados pelos museus, a burguesia adquiria, portanto, as ferramentas culturais que lhe permitiriam ascender enquanto classe social dominante, relativamente aos dois grupos citados. Esta apropriação conduziu a críticas ferozes, por parte de diversos intelectuais, em finais do século XIX e princípios do século XX, à noção tradicional de museu. Estas críticas atingiram o seu auge nos fundadores e representantes do modernismo (MAGALHÃES, 2005), e prolongaram-se por uma boa parte do século XX.

É perante tais observações, e um certo definhar do conceito de museu, que surge, entre os anos setenta e oitenta do século XX, o movimento da Nova Museologia. Dentro deste movimento, dinamizado por um grupo de investigadores encabeçado por Georges

Henri Rivière e Hugues de Varine, em 1971 (NABAIS, 1985, p. 211-216; 1993, p. 46-48; MAGALHÃES, 2003; 2005), viria, alguns anos mais tarde, a ser proposta a ideia de um novo fazer museológico consubstanciado no conceito de ecomuseu.

Preconizava-se uma nova forma de fazer museologia, que implicava novas definições de museu, coleção e público. O museu passa a abrir as suas portas à comunidade, de forma a abranger não só todos os testemunhos do saber fazer, tais como instrumentos associados a atividades tradicionais, mas também passa a contribuir para manter vivas essas atividades, que já não se coadunam com a economia de mercado e até da especulação do mundo atual. Assim, o conceito de museu é “alargado a toda uma comunidade que pode ser constituída por uma aldeia, um bairro de uma cidade, ou a zona histórica desta” (MAGALHÃES, 2003, p. 218), de forma a contribuir para o seu bem-estar social, cultural e económico.

Neste contexto, podemos incluir o centro histórico de Lisboa no conceito de ecomuseu.

O centro histórico de Lisboa é composto, segundo a câmara municipal, por 4 áreas, a oeste Penha de França/Graça, ao centro pelas zonas da Baixa e Bairro Alto e a leste por Campo de Ourique/ Lapa, incluindo atualmente sete freguesias. Para além destas, poderíamos inserir ainda Belém, pela grande concentração de museus, galerias, centros de artes e outros monumentos, incluídos, globalmente, no conceito de património.

O centro histórico da capital portuguesa é definido pela Câmara Municipal de Lisboa como

um espaço onde a história e a tradição se cruzam com a vanguarda, a modernidade, a boémia e a cultura de uma forma única. A zona histórica é recortada por ruas cheias de História que nos levam da Praça do Comércio, e do Tejo, ao Castelo de São Jorge, do Rossio, aos bairros típicos do Bairro Alto, Alfama e Mouraria, num complexo jogo de cores e vivências que está na base da alma lisboeta (CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA - CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2017) *in* <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro-historico>).

Registos arqueológicos (PIMENTA; CALADO; LEITÃO, 2005) demonstram a antiguidade da cidade de Lisboa, remontando as primeiras ocupações do seu centro histórico, ao século III A. C..

Como referem João Pimenta, Marco Calado e Manuela Leitão,

Embora as condicionantes (...) não permitam esclarecer de uma forma definitiva a sua cronologia, a ausência de importações itálicas, a presença de ânforas do Tipo 4.2.2.5. de Ramon Torres (1995), assim como as características das cerâmicas cinzentas e comuns, levam-nos a propor uma datação de meados do século III a.C. Entre o espólio, destacam-se quantitativamente os fragmentos de grandes contentores bojudos de armazenamento, com paralelos em contextos do século III/II a.C. no povoado do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997), Quinta da Torre, Almada (Cardoso e Carreira, 1997-1998), Santarém (Arruda,

2000a) e Chibanes (Silva e Soares, 1997). A concentração destes recipientes numa área tão restrita sugere a proximidade de contextos de armazenamento (PIMENTA; CALADO; LEITÃO, 2005, p. 319).

Figura 1 – Centro Histórico de Lisboa



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

As primeiras cidades surgiram em regiões férteis, como o Médio Oriente, por volta do ano 7000 A.C.. Jericó tem sido apontado como o primeiro grande aglomerado urbano a emergir, com características citadinas, distintas das de uma aldeia (ABIKO, ALMEIDA; BARREIROS, 1995, p. 5). A origem das cidades correspondeu a mais do que o aumento linear da população da aldeia, tendo sido consequência, sobretudo, do progresso civilizacional e da especialização do trabalho. A cidade

se forma quando os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total. Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços. A sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar a sua evolução. A cidade, centro maior desta

evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito maior (ABIKO, ALMEIDA; BARREIROS, 1995, p. 5).

Ao longo dos séculos, e mesmo milénios, os centros urbanos têm-se constituído como centros da vida económica e civilizacional, núcleos de serviços e de burocracia, neles aparecendo grande parte dos instrumentos fundamentais ao desenvolvimento civilizacional da humanidade, tais como a escrita na antiga Mesopotâmia, ou grandes pensadores e filósofos, como os greco-clássicos Sócrates ou Platão, entre outros.

Neste contexto, o centro histórico, compondo o núcleo mais antigo, original e central a partir do qual se expandiu a cidade, “passou a constituir o eixo gravitacional de todo o conjunto de atividades económicas e sociais, funções cívicas, habitacionais e patrimoniais, que se constituem o motor da vida urbana” (SEBASTIÃO, 2010, p. 20).

As cidades, *motor* de civilizações inteiras, capitais de reinos, impérios, de regiões e mais recentemente de Estados Nação, foram acompanhando as mudanças nas, e das, dinâmicas sociais e culturais das populações. Se as primeiras cidades surgiram a partir de revoluções económicas e outras, num movimento interacional, tais como a prática da agricultura ou a domesticação de animais (ABIKO, ALMEIDA; BARREIROS, 1995), aumentando ou diminuindo a sua importância conforme os avanços ou retrocessos civilizacionais, o século XVIII acabou por significar também uma revolução urbanística, sem precedentes.

O conjunto de revoluções que tiveram lugar principalmente entre os séculos XVIII e XIX, nomeadamente as revoluções agrícola e industrial e o conseqüente êxodo rural, conduziram ao aumento exponencial da população urbana, bem como à maior e mais complexa diversificação das suas atividades. A emergência massiva da indústria, nas cidades, e a necessidade de alojar milhares de pessoas determinou o

aparecimento de bairros operários sobrepovoados e mesmo construções próprias dirigidas pelos trabalhadores. A necessidade de estar o mais próximo possível do local de trabalho e a ausência de recursos para habitações com mais espaço e melhores condições de habitabilidade levaram à expansão destes espaços urbanos, mais conhecidos como slums, pelas cidades britânicas com presença industrial e até em algumas cidades norte americanas (CRUZ, 2015, p. 5).

As cidades industriais, manchadas pelo carvão das fábricas e pelos bairros desordenados, sem água potável, inundadas por ratos e esgotos a céu aberto, desembocaram num coro de críticas às suas condições insalubres, chamando-se a atenção para a necessidade de se melhorarem as condições de vida das populações urbanas.

Como cita José Aguiar:

O nosso desencanto, [...] com a “cidade velha” nasceu com a Revolução Industrial, quando começou o acelerado processo de desenvolvimento industrial do século XIX, por exemplo na reforma e regularização do centro de Paris, nas vastas transformações de Haussmann. Os intelectuais deitaram então as

mãos à cabeça, como fez Vítor Hugo, que afirmou apocalípticamente que (...) a indústria está a substituir a arte, [que] a arte vai morrer (...) como se a Arte não pudesse existir, perante o abuso do máquina e da indústria, com a substituição da mão do homem pelo repetismo maquinista, anunciando-se o caminho do fim para a arte figurativa (AGUIAR, 2009, p. 2).

Por seu lado, Pedro Cruz refere que

Após o reconhecimento que estas condições (expansão dos slums, nas cidades industriais inglesas) afectavam a qualidade de vida da população residente foram feitas intervenções, físicas, ao nível da habitação, da abertura de novos espaços abertos e do abastecimento de água para consumo doméstico. Mais tarde as soluções passaram também pela melhoria dos transportes, nomeadamente os transportes públicos, e consequente expansão urbana para os subúrbios. O que embora não tenho resolvido todos os problemas, aliviou a pressão sobre os centros das cidades (CRUZ, 2015, p. 6).

Neste contexto, Lisboa apresenta características particulares, que a distinguem de outros centros urbanos europeus. Não obstante ter sido atingida pelo fervor da revolução industrial, no início do século XIX, e as “condições de habitação serem péssimas” (RAMOS, 2010, p. 19) tanto no aglomerado urbano como na periferia, a tardia industrialização portuguesa, dispersa pelo território nacional, acaba por não ter as mesmas consequências nefastas para a capital portuguesa que teve para Londres ou outros centros europeus industrializados. Por outro lado, a cidade não sofreu grandes cataclismos humanos, fossem revolucionários, ou guerras, que conduzissem à sua destruição parcial ou total. Caracterizada por uma história de séculos e até de milénios, a cidade, para além do grande terramoto de 1755, não sofreu os danos causados noutras latitudes pelas grandes catástrofes do século XX, como as duas guerras mundiais.

Como consequência e, simultaneamente causa, de não ter assistido à destruição em massa do seu centro histórico, a Lisboa antiga, de ruas estreitas e mais ou menos tortuosas, nada consonantes com as necessidades da vida moderna, foi-se tornando desabitada. O movimento de queda demográfica iniciou-se nos anos 90 do século passado, prolongando-se até 2011, último ano de estatísticas oficiais. Nem a baixa da cidade, renascida das cinzas do terramoto de 1755 e planeada urbanisticamente, escapou à fuga dos seus moradores.

Cruzando dados estatísticos sobre as dinâmicas demográficas das freguesias que constituem atualmente o centro histórico de Lisboa, verifica-se que aquelas se caracterizam por uma perda acentuada de população entre os anos de 1991, 2001 e 2011.

Figura 2 – Dinâmica demográfica do Centro Histórico de Lisboa

Freguesias do CHL	1991	2001	2011
Campo de Ourique (inclui as antigas freguesias de Santo Condestável e Santa Isabel)	9.249 + 22.186 = 31.143	7.270 + 17.553 = 24.823	22.132
Penha de França (inclui a antiga freguesia de São João)	17.885 + 21.960 = 39.865	13.722 + 17.073 = 30.795	27.967
Estrela (inclui as antigas freguesias de Lapa, Santos-o-Velho e Prazeres)	10.656 + 5.534 + 10.068 = 26.258	8.670 + 4.013 + 8.492 = 21.175	20.116
Misericórdia (inclui as antigas freguesias de Mercês, Santa Catarina, Encarnação e São Paulo)	6.039 + 5.153 + 4.676 = 15.868	5.093 + 4.081 + 3.521 = 12.695	13041
Santa Maria Maior (inclui as antigas freguesias de Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, Castelo, Socorro, São Miguel e Santo Estêvão)	401 + 1.167 + 1.448 + 526 + 1.152 + 1.926 + 1.226 + 2.442 + 773 + 4.309 + 2.613 + 3.192 = 21.175	341 + 880 + 1.175 + 380 + 700 + 1.160 + 857 + 1.612 + 587 + 2.675 + 1.777 + 2.047 = 14.191	12765
São Vicente (inclui as antigas freguesias de São Vicente de Fora, de Graça e de Santa Engrácia)	5.453 + 8.604 + 7.626 = 21.683	4.267 + 6.960 + 5.860 = 17087	15399
Total do Centro Histórico de Lisboa	155.992	120.766	111.420

Fonte: autor (Elaborado com base nos seguintes documentos: Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT, 2009, e II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 (Rede Social Lisboa), 2017.

Esta perda acelerada de população tem desaguado na decadência e no abandono de imensos edifícios históricos, de grande valor patrimonial, como é atualmente visível (fig. 3 e 4), quase podendo considerar-se que se tem tratado de um museu abandonado, degradado e decadente.

Observámos, portanto, o paulatino abandono do CHL, quer por parte dos habitantes, quer da parte de muitos comerciantes, que se deslocaram para os *Shoppings*

Centers da periferia de Lisboa, entrados definitivamente na moda da sociedade portuguesa, nos anos 80 do século passado. Como regista Romana Xerez,

Os movimentos de entrada e saída de residentes nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa verificam-se com particular incidência na cidade de Lisboa. As transformações da AML têm sido feitas com uma perda considerável de população de Lisboa, e o crescimento acentuado da periferia. Lisboa vive um processo de desertificação e o envelhecimento da população. Tem a população mais envelhecida da AML 23,6% dos residentes tem mais de 64 anos, Alvalade apresenta o número mais elevado 35,3% (...).

(...)As [antigas] freguesias que perderam mais população foram: Sé (-39,8%); Santa Justa (-39,2%); Socorro (-37,9%); Santo Estêvão (-35,9%); São Cristóvão e São Lourenço (-34%); São Miguel (-32%); Santiago (-30,1%) e Madalena (-27,8%) (...) (Xerez, 2008: 4).

Figura 3 – Edifício em ruínas na Penha de França.



Fonte: autor

A autora argumenta que o elevado preço das habitações é um dos principais fatores da perda de população de Lisboa. Contudo, esta aceção não se aplica ao CHL, habitado na sua maioria por imigrantes de baixos rendimentos e por uma população envelhecida que ainda usufrui, frequentemente, do congelamento das rendas, decretado por diversas vezes, pelos poderes políticos portugueses, ao longo dos últimos 100 anos da história do país (ALVES, 2012). Como descreve Eduardo Vilaça,

De segmento prioritário, para onde eram canalizadas as poupanças de muitos portugueses que, assim, procuravam assegurar alguma rentabilidade ao capital disponível ou então assegurar, somente, um complemento de reforma para anos mais tarde, o arrendamento habitacional acabou por ser uma fonte de problemas, não só para senhorios e inquilinos, mas também para as próprias cidades devido à degradação física dos edifícios arrendados.

Figura 4 – Edifício em ruínas na Baixa de Lisboa



Fonte: autor

O congelamento das rendas, (...), conduziram o mercado de arrendamento a uma dimensão residual onde impera a falta de confiança dos proprietários e investidores face a uma justiça morosa e pouco eficaz (VILAÇA, 2001, p. 88-89).

O congelamento de rendas, a conseqüente descapitalização dos proprietários e a falta de obras de manutenção, conduziram à degradação do parque habitacional e ao abandono de zonas históricas da cidade de Lisboa. Atualmente, a maior parte do CHL é habitado por uma população de baixo rendimento, usufruindo de rendas baixas, e de habitações de fraca qualidade, na maioria edifícios degradados. As estatísticas demonstram que em locais como as freguesias centrais da cidade, os imigrantes representam essa grande parte da população residente. Como se constata no Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017:

As áreas com maior presença de imigrantes correspondem ao Centro Histórico e sua envolvente, com destaque para o

prolongamento oriental ao longo do eixo Rua da Palma Almirante Reis e, também, à freguesia de Ameixoeira-Charneca. ...Para os nacionais dos PALOP registam-se ainda sobre-representações nalguns espaços da envolvente do centro, como São Paulo ou Socorro.

Os cidadãos brasileiros, mais dispersos, constituem a maioria dos estrangeiros em áreas como Benfica e São Domingos de Benfica, mas aparecem sobre-representados em espaços mais etnicizados como as áreas de Arroios-Anjos.

Os asiáticos, de que são exemplo os chineses, aparecem mais concentrados na envolvente oriental do Centro Histórico, com destaque para a área do Martim Moniz e da Almirante Reis.

...

Relativamente à distribuição espacial da população estrangeira oriunda de países terceiros verificam-se concentrações mais significativas no centro histórico e nas freguesias limítrofes do concelho. A área central de Lisboa, que funciona como porta de entrada social na cidade, é amplamente reconhecida e valorizada pela presença de diversidade étnico-cultural. A área central é ainda apontada como um ponto de encontro, um local referência em termos de diversidade cultural, gastronómica e interculturalidade...(PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DE LISBOA, 2015-2017, p. 36).

Não obstante o abandono e a decadência do CHL, a beleza dos edifícios e das suas ruas tem despertado cada vez mais interesse entre personalidades mais ou menos famosas, bem como sobre as massas turísticas. Através da imprensa, sabemos que Mónica Belluci, atriz italiana, fez de Lisboa a sua principal morada, adquirindo uma habitação na zona do Castelo, freguesia de Santa Maria Maior. Também John Malkovich, Eric Cantona e Michael Fassbender, entre outros, compraram habitações no CHL, onde vivem a maior parte das suas vidas. Atualmente, Madonna é outra personalidade que já se encontra a viver em Lisboa, procurando comprar um imóvel onde pretende residir definitivamente.

Como exemplo, *Monica Bellucci compra casa em Lisboa*, era o título de uma notícia veiculada pelo jornal *Diário de Notícias*, edição de 12 de setembro de 2016. Da mesma forma, a revista *Sábado*, edição de 12 de maio de 2017, noticiava que *Michael Fassbender comprou casa em Lisboa*.

Não tem sido só gente mais ou menos famosa a descobrir o património cultural do CHL. Sendo nesta área que se concentra uma grande parte do património monumental lisboeta, é a ela que acorre praticamente toda a massa turística que visita a capital portuguesa, cifrada em cerca de seis milhões de pessoas, como observámos anteriormente. Não sendo ainda um número exagerado, se comparado com outras capitais europeias, verifica-se, no entanto, que o número de turistas que a cada ano visita Lisboa tem tido um dos maiores crescimentos de toda a Europa. O *Mastercard Destination Cities Index 2017* mostra que Lisboa foi a segunda cidade europeia que mais cresceu em termos de visitantes internacionais, entre 2009 e 2016, apenas atrás de Bucareste e com uma diferença de 0,2%, prevendo-se que mantenha o mesmo lugar

para o ano de 2017. A capital portuguesa ocupou a terceira posição, relativamente ao maior aumento na perspetiva de crescimento do volume global de despesas feitas por turistas. Entre 2016 e 2017, o estudo elaborado pela *Mastercard*, mostra ainda que Lisboa passou do 37º posto para o 33º, enquanto destino mais procurado por visitantes internacionais.

Se por um lado, a cidade renasce, com investimentos avultados na recuperação de edifícios, monumentos e espaços públicos, agora frequentados por um novo público, o encontro entre pessoas famosas e com elevado poder de compra, turistas, imigrantes e habitantes locais, tem provocado alguns conflitos. Estes cruzamentos de diferentes atores sociais está, contudo, longe de degenerar na *turismofobia*, com a dimensão do que se tem verificado em cidades europeias como Barcelona ou Veneza.

Por outro lado, a massa turística colocou na ordem do dia o termo *gentrificação*, nem sempre bem empregue no que concerne ao ainda muito abandonado e degradado CHL. A aquisição de edifícios históricos em ruínas, na sua maioria abandonados, a consequente recuperação e a atração de residentes com novos estilos de vida e poder aquisitivo, tem conduzido a um movimento inverso de atração de populações que antes se deslocavam para a periferia e procuram agora o centro, encontrando preços de compra e de arrendamento mais elevados. Assim, se por um lado se assiste a um processo de *gentrificação*, tal como descrito pela primeira vez em 1964, relativamente à cidade de Londres por Ruth Glass, segundo a qual

um a um, muitos dos quarteirões da classe trabalhadora de Londres têm vindo a ser invadidos pela alta e baixa classe média. Modestos estábulos e casas de campo de dois andares têm sido alteradas quando o seu contrato de arrendamento inicial termina, tornam-se residências caras e elegantes ... Quando este processo de “gentrificação” começa num bairro avança rapidamente até todos ou muitos dos ocupantes originais da classe trabalhadora serem deslocados e todo o carácter social do bairro é modificado (GLASS, 1964, p. 6),

por outro lado, a situação lisboeta é muito mais complexa e não pode ser analisada linearmente da mesma forma. Há ainda muitas habitações com preços de arrendamento baixos no CHL, o que explica a sua ocupação, nos últimos anos, por imigrantes provenientes das mais diversas origens e bastante jovens, como já observámos. Nos últimos 30 anos, ao mesmo tempo que os habitantes lisboetas se deslocaram para as periferias, procurando melhores condições habitacionais, os imigrantes ocuparam as suas antigas e degradadas casas. A aquisição, recuperação e colocação no mercado de edifícios e lojas anteriormente desabitados, a preços de arrendamento livre, não configura uma situação de *gentrificação*. No limite, poderemos falar em especulação, daí a necessidade de regulação.

Há ainda aquelas situações que se enquadram no termo de *gentrificação*. A reforma do arrendamento urbano, e a paulatina liberalização das rendas nos anos 2011 e 2012, têm contribuído, em grande medida, para a expulsão de antigos habitantes do CHL, principalmente das freguesias mais centrais. Esta situação tem degenerado em conflitos, frequentemente exacerbados pela comunicação social, onde conceitos como

autenticidade ou tradição cultural são utilizados sem qualquer critério nem reflexividade¹. A este assunto voltaremos no subcapítulo seguinte.

Apesar da perda de população, o CHL continua habitado por alguns residentes, pelo que terá que haver um desenvolvimento económico/turístico onde a preocupação de se encontrarem equilíbrios entre população residente, os novos habitantes e o turismo em Lisboa, seja temática prioritária. Cremos que as ideias propostas pela Nova Museologia fazem todo o sentido no contexto atual do CHL, podendo dar um contributo valioso para esse desenvolvimento equilibrado.

Guiando-se por uma série de princípios ativos que passavam pela “participação da população, território, memória colectiva, objecto social, interdisciplinaridade, o desenvolvimento comunitário, criatividade e qualidade de vida” (NABAIS, 1993, p. 46), a Nova Museologia, englobando o conceito de Ecomuseu (MAGALHÃES, 2003) preconiza que os novos museus devem auxiliar o desenvolvimento económico, social e cultural das populações. Constituem um instrumento ao serviço do bem-estar da comunidade, possuindo um papel social interventivo (MAGALHÃES, 2003, p. 212).

O edifício museu + coleção + público caem por terra, emergindo em seu lugar o de 1 território (estrutura descentralizada) + 1 património (material e imaterial) + 1 comunidade (desenvolvimento desta) (NABAIS, 1993, p. 46-50; RIVARD, 1987). O território mais ou menos vasto substitui o edifício fechado, imponente, e o património situado nesse território, ou com ele relacionado, sobrepõem-se à noção da coleção. Esta conceção privilegia a conservação *in situ* dos monumentos. Como referem Josep Hernández e Jordi Tresserras,

...cada vez mais se privilegia a conservação *in situ* pela coerência científica e honestidade profissional não só de grandes destinos monumentais como impõe a lógica, mas também de sítios e testemunhos arqueológicos. Não separemos então os testemunhos do seu entorno, da paisagem que os explica, do lugar a que pertencem (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2005, p. 76-77).

Não menos fundamental em todo este processo, a comunidade substituiu o público, enquanto parte integrante de toda essa paisagem cultural. São os elementos comunitários que constroem as narrativas através do património localizado num território, mas serão eles mesmos os verdadeiros mediadores? Uma das propostas da Nova Museologia seria “implicar a comunidade local nos projetos conservacionistas e museológicos para que se sinta parte ativa e participante em vez de espetadora passiva de projetos vindos de fora e realizados exclusivamente por investigadores (...)”. Portanto, o ecomuseu, tal como outros modelos de “museus comunitários colocam ênfase no desenvolvimento cultural e cidadão da comunidade local” (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2005, p. 77).

O conceito de Ecomuseu, e os seus ideais, aplicados ao CHL, poderiam funcionar como uma forma eficaz de resolução de conflitos entre os vários atores sociais que o vivem e o habitam. Esta ponte seria feita através do património cultural,

¹ Num programa denominado *Prós e Contras* da Rádio e Televisão Portuguesa, canal público de televisão, foi debatido o turismo em Lisboa. Conceitos como autenticidade, tradição, essência, foram utilizados sem qualquer critério, como se se tratasse de conceitos estáticos e imutáveis. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1772/e198486/Pros-e-Contras>. Acessado em 15 set. de 2017.

enquanto agente dinamizador socioeconómico e privilegiado do desenvolvimento local, redimindo-se ao mesmo tempo algumas das principais críticas feitas à Nova Museologia e à ideia de ecomuseu, nos últimos anos.

Como referem Josep Hernández e Jordi Tresserras,

As realizações práticas da “nova museologia” são muito limitadas, tendo em conta a sua carga crítica e intenção utópica; em qualquer caso, a sua maior novidade foi o desenvolvimento do conceito de ecomuseu, fórmula e aspiração de grande complexidade, que (...) deu frutos muito limitados. Nos anos noventa, os ecomuseus confundiram-se com outras propostas semelhantes, mas de menor alcance e conteúdo, tendendo a converter-se num etiqueta ou uma mera marca para valorizar um produto que muitas vezes pouco tem a ver com a ideia inicial de ecomuseu (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2005, p. 78)

127

Em resumo, o património do CHL é constituído pelos edifícios, mais ou menos monumentais, detentores de valor simbólico, pelas pessoas que o vivem, por aquelas que o visitam, pelos novos residentes e por todas as conceções imateriais formuladas em ideias e comportamentos culturais que todos carregam consigo. Deste modo, “as partes mais antigas da cidade tornam-se como um palimpsesto, livro escrito e reescrito inúmeras vezes, sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades” (SALGUEIRO, 2005, p. 259).

As festas, lendas, narrativas e vivências de todos os atores sociais, constituem o património do CHL. O que temos visto é uma desagregação de todas essas formas de património. Os edifícios não têm valor sem os seus habitantes, estes não se podem encerrar em guetos como se de um zoo se tratasse, enfrentando um turista ávido de procura do autêntico e de uma tradição pura e essencialista, que na verdade nunca existiram. Perante a globalização, da qual o turismo é um dos principais agentes, falta desenvolver canais de comunicação e meios que tornem o CHL numa comunidade agregada e participativa, onde todos devem interagir com todos. O turismo traria, assim, benefícios económicos e socioculturais, mas também trocas enriquecedoras de experiências. Tudo isto, materializado através do conceito de ecomuseu.

3 PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO: DA FALSA AUTENTICIDADE À INVENÇÃO DA TRADIÇÃO

A Lisboa ribeirinha do pregão e da varina agora é só dos turistas. Partimos deste título da notícia veiculada pelo jornal digital *Dinheirovivo*, edição de 19.08.2017, para pensarmos sobre a pouca reflexão e preparação teórica, que muitas vezes se possui relativamente aos conceitos de tradição e de autenticidade. Na verdade, Lisboa deixou de ser *do pregão e da varina* há muitos anos e nada disso tem a ver com o turismo, mas com as dinâmicas sociais e culturais características de uma sociedade em rápida transformação. Atividades como a do ardina, da vendedora do peixe, do sapateiro, desapareceriam de qualquer forma, fruto das mudanças que se observam no século XXI. Pelo contrário, o turismo pode contribuir para a regeneração e reinvenção desses saberes-fazer, concorrendo para o desenvolvimento económico e social das

populações locais. Através da ideia de ecomuseu, as atividades tradicionais podem renascer, proporcionando novas formas de emprego e de rendimento aos residentes, tendo agora como audiência-cliente, o turista.

Num programa denominado *Prós e Contras*, transmitido pela Rádio e Televisão Portuguesa, canal público de televisão, foi debatido o turismo e suas consequências em Lisboa. Conceitos como autenticidade, tradição, essência, foram da mesma forma utilizados sem qualquer critério, como se se tratasse de concepções estáticas e imutáveis (PRÓS E CONTRAS (XIII) OLH'Ó....TURIIISTA!!!, 2015).

No programa, uma interveniente, vendedora ambulante de gelados e de castanhas, refere que estão a aparecer uma série de novos negócios de rua em que se *está a perder a nossa essência*. De acordo com a entrevistada, os estabelecimentos apresentam produtos que nada têm a ver com a tradição lisboeta, tais como a limonada. Com os novos negócios que aparecem, em consequência do turismo, já

não se sabe o que é típico e o que não é típico, a limonada não é típica da cidade de Lisboa o que é típico era o ardina, era a peixeira, era a vendedora de manjericos, quantas vendedoras de manjericos há na praça da Figueira este ano, quantas havia há 30 anos atrás? Isso tudo que é tradição da cidade que é essência da cidade, é a sua identidade, era isso que trazia cá os turistas, e está-se a perder (entrevistada ao min. 13.38 da 2ª parte do programa *Prós e Contras*).

Infelizmente, nenhum dos componentes do painel se debruçou reflexivamente sobre estes conceitos, nem a mediadora do programa incutiu uma reflexão crítica e aprofundada sobre a questão. As tradições enquanto realizações culturais não podem ser essencializadas, pois surgem num determinado espaço e tempo de uma sociedade, acompanhando a sua dinâmica temporal, atualmente ainda mais sujeitas aos movimentos globais, de entre os quais, o turismo. São por essa razão acontecimentos inventados, que ora morrem, ora se reinventam de acordo com os interesses de determinada comunidade e das maiores ou menores interações que ela estabelece com o exterior (HOBSBAWM E RANGER, 1983; FOSTER, 1991, p. 241).

De acordo com Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983) a tradição pode ser definida como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM E RANGER, 1984, p. 9).

Corinne Davault refere, por seu lado, que se trata de uma operação em que a “invenção de tradições locais e o trabalho de construção de novos quadros sociais da memória colectiva constituem processos ou momentos através dos quais as elites intelectuais, políticas, económicas, elaboram e impõem representações de si e dos outros, visões do mundo” (DAVAULT, 2004, p. 231).

Para Josep Ballart a tradição é um elemento fundamental da coesão social e da permanência das sociedades ao longo do tempo, entendendo-se como o processo de transmissão de ideias, costumes e crenças (BALLART, 2002, p. 32) bem como de todos os outros atos humanos, de forma oral ou escrita. Os objetos e outros itens da cultura material e imaterial constituem marcas gravadas do tempo que ficam para as gerações futuras. Não podem é ser interpretadas de forma estática e fossilizada, como se representassem uma realidade anacrônica. O património e as tradições devem ser devidamente enquadrados num determinado espaço e tempo, devendo as suas leituras estarem em consonância com os fatores internos e externos que influem sobre o comportamento cultural de todos aqueles que o vivem e que dele usufruem.

Como refere Jacques Le Goff, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e dos tempos passados, os historiadores (LE GOFF, 1982b, 103). O turismo é atualmente uma das maiores forças que operam no desenvolvimento do mundo e da humanidade. Influenciando decisões políticas, sociais e culturais, ele constitui uma das principais atividades culturais e económicas de diversos países e regiões do mundo. Portugal, com uma população de cerca de 10,3 milhões de habitantes, recebeu em 2016 cerca de 21 milhão de turistas, como já constatámos. Espanha ultrapassou a fasquia dos 70 milhões e a Grécia, com pouco mais residentes do que Portugal, atingiu a cifra de 30 milhões de visitantes.

Sociedades históricas, tais como as nossas, tendo consciência da passagem do tempo, sempre se preocuparam não só em guardar alguns dos objetos dos seus antepassados, como em registar na escrita outros itens da cultura, como testemunho para as gerações futuras (HERNÁNDEZ, 2002: 33). São estes itens que se enquadram no turismo cultural, aquilo que de melhor têm os centros históricos das cidades para oferecer ao visitante.

Em sociedades sem escrita, a consciência da rápida passagem do tempo não existe e, por isso, mito e história confundem-se. A produção de objetos materiais é menor, e não obstante complexos sistemas de parentesco ou religiosos, a preocupação em deixar ou preservar objetos como testemunhos do passado também não é tão perceptível (HERNÁNDEZ, 2002, p. 33).

Os encontros que o turismo proporciona, põem a descoberto uma produção dinâmica de memórias. Os vários cruzamentos de ideias, proporcionados pela globalização, no século XXI, produzem mudanças constantes e aceleradas, nas vivências individuais e coletivas, revelando hoje mais do que nunca, uma memória flexível, versátil, maleável e frágil que recolhe, guarda, molda, transforma e nos devolve a realidade íntima e a partilha da nossa identidade pessoal, coletiva e cultural (LE GOFF, 1982a, 1982b; CANO, 2006).

Concluindo, conceitos como tradição ou autenticidade são mais imaginários do que reais. Na verdade nada é autêntico, nada é tradicional, não só porque as sociedades são dinâmicas, inventam-se e reinventam-se, como atribuem simbolismos distintos aos mesmos objetos, de acordo com as condicionantes espaço-temporais.

4 EM DIREÇÃO A UM TURISMO REFLEXIVO

O turismo, enquanto um dos grandes agentes da globalização, tem sido um dos mais ativos produtores de ícones e representações comunitárias. Tanto se apropriam,

como se criam e reinventam elementos que passam a servir como marcadores de uma determinada identidade cultural. Esses símbolos servem para demarcar e projetar um espaço cultural, e não o fazem necessariamente de forma negativa. Todo o casco histórico de Lisboa é construído como um ícone da cidade e do país, auxiliando à construção de uma imagem valorativa da comunidade local e da comunidade nacional.

O conceito de turista surgiu no século XIX e referia-se a um “novo modo de consumo [...] baseado na ideia de sair de casa à procura de novas experiências de vida, e de lazer” (LÖFGREN, 1999, p. 5). Atualmente, as motivações dos turistas são muitas e variadas. Os motivos diversos pelos quais se visita determinado lugar, a par de um turismo cada vez mais massificado, está na origem das muitas tensões que segundo Löfgren caracterizam a indústria turística atual. Orvar Löfgren (1999, p. 8) refere como duas das mais importantes, a tensão entre passado e o presente, em que à procura do tradicional se junta a busca de novas experiências, e a tensão entre o local, o nacional e o transnacional. Estão ambas relacionadas. Temos observado e discutido estes fatores ao longo do nosso artigo, apontando-se o ecomuseu como estrutura capaz de construir pontes entre todos os intervenientes.

A recuperação urbana do CHL, a abertura de novas lojas e a invenção de novas tradições enriquecem a paisagem cultural lisboeta, enquadrando-se nas consequências positivas do turismo, criando-se, desta forma, bem-estar social e económico, ao mesmo tempo que as tensões entre os diversos atores sociais podem ser diminuídas.

Para os países da orla mediterrânea europeia, o turismo tem-se vindo a constituir numa das suas mais importantes indústrias, criador de estereótipos positivos e de marcas culturais associadas a um determinado espaço como é o caso do CHL. Tanto se reativam velhas tradições, como se inventam novas, de forma a corresponder aos desejos do turista na sua busca por novas experiências culturais. O visitante deve ter consciência que não está a visitar uma espécie de *jardim zoológico*, um conjunto de fósseis representativos de uma tradição ou autenticidade que, supostamente, a sua sociedade já perdeu. Deve antes, lembrar-se que visita uma comunidade cultural com um comportamento social dinâmico, que é também mutável, em função da sua interação com o turista. É sua obrigação, também, o desenvolvimento de uma consciência de respeito e de proteção de todo o ambiente patrimonial que constitui os centros históricos, evitando atitudes predatórias que possam colocar em causa todo o frágil equilíbrio do entorno local.

Os residentes, por seu lado, devem entender o turista de forma reflexiva. Mais do que uma ameaça à tradição e ao seu despejo, ele deve ser visto como uma oportunidade. A recente recuperação massiva dos edifícios, anteriormente degradados, e a abertura de novas lojas, deve incluir os habitantes locais, tendo a obrigação de contribuir para o seu bem-estar económico e social. O turismo não tem nada a ver com a destruição da tradição, mas pode funcionar como um agente da sua reativação. De forma a evitar a especulação, neste, tal como noutros contextos, o poder local tem que exercer o seu papel regulador, impondo limites aos investidores no CHL, de forma a evitar a expulsão dos moradores.

Demonstrando esta produção dinâmica de novos ícones culturais que resultaram dos encontros com o turismo, podemos observar no CHL, novas experiências gastronómicas que surgem quase diariamente. Relevamos, por exemplo, a transformação do pastel de bacalhau, referência cultural da gastronomia portuguesa, em pastel de bacalhau com queijo serrano, surgido em 2015, pelas mãos da *Casa Portuguesa do Pastel de Bacalhau*. Reinventou-se uma nova tradição gastronómica. Da

mesma forma, perante o calor de Lisboa, a laranjada ou a limonada, impõem-se como bebidas refrescantes de fim de tarde, sem as consequências nefastas do álcool.

Em resumo, o turismo implica a deslocação de pessoas, de capitais, de ideias e de bens, e ao mesmo tempo a atribuição de novos significados ao património. Entres os séculos XX e XXI, passou a existir um modo transnacional de produção de bens culturais mas também do seu consumo. Consome-se a diversidade cultural, patrimonial, gastronómica, constantemente inventada e reinventada, que se ajudou a produzir. Este consumo massivo dos bens culturais e as ameaças por ele apresentadas, tais como a destruição, ou o desgaste do património ou, ainda, a associação de estereótipos negativos às comunidades visitadas, começaram a levantar preocupações a várias instituições transnacionais.

Pode-se afirmar que as primeiras preocupações com a salvaguarda dos centros históricos das cidades remontam a 1933, em consequência da elaboração da Carta de Atenas, a partir do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna. Neste, defende-se a “salvaguarda dos valores arquitectónicos das cidades” (CRUZ, 2015, p. 12). A partir daí foram produzidos vários documentos com o intuito de salvaguardar e dinamizar os centros históricos das cidades e seus habitantes (CRUZ, 2015).

Sublinhamos, no entanto a definição dada aos monumentos pela UNESCO, em 1972, bastante inovadora para a altura. Durante a realização da sua 17ª Conferência Geral, em Paris, a UNESCO inclui na categoria de monumentos, “as obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (MAGALHÃES, 2005), estando, implicitamente incluídos nesta definição, os centros históricos das cidades.

Pela sua proximidade temporal, destacamos, ainda, o ano de 2011, em que a ICOMOS produziu, aquando a realização de uma

assembleia geral em La Valeta, um documento que enumera os Princípios para a Salvaguarda e Gestão das Populações e Áreas Urbanas Históricas. Nas definições de conceitos é considerado que Povoações e Áreas Urbanas Históricas são compostas por elementos materiais e imateriais, sendo que os “materiais compreendem, para além da própria estrutura urbana: os elementos arquitectónicos, as paisagens interiores e exteriores da cidade, os vestígios arqueológicos, as vistas, os perfis, as perspectivas e os marcos urbanos” e os “imateriais compreendem: as actividades, os usos simbólicos e históricos, as práticas culturais, as tradições, os testemunhos da memória e as referências culturais que constituem a substância do valor histórico... (CRUZ, 2015, p. 16).

O CHL integra-se nestas duas categorias, promovendo o turismo urbano, de carácter cultural. Neste sentido, o património cultural serve de base ao desenvolvimento de um tipo de turismo postfordista (HERNÁNDEZ e TRESERRAS, 2005, p. 200) em Lisboa, pois permite a substituição de uma oferta massificada por outra especializada, em virtude das novas exigências de turistas e viajantes do século XXI. Atenta à importância dos crescentes fluxos de pessoas, ideias e bens, bem como à especialização da oferta no domínio das actividades de ócio e outras incluídas no turismo, a Comissão

das Comunidades Europeias refere, em 1993, que só é possível falar em turismo cultural se nos pacotes e ofertas turísticas forem incluídas três condições:

- 1 - um desejo de conhecer e compreender os objetos e as obras, incluindo a população local com a qual se encontra em contacto;
- 2 - o consumo de um produto que contenha e inclua um significado cultural (monumento, obra de arte, espetáculo, e outros); assim como,
- 3 - a intervenção de um mediador, ou seja uma pessoa, documento escrito ou material audiovisual, que tenha a função de destacar o valor do produto cultural, a sua apresentação e explicação, etc. (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2005, p. 202).

O cumprimento destes três critérios encerra a nossa ideia inicial, pois de uma ou de outra forma, todos eles estão implícitos à ideia de ecomuseu. O CHL não pode ser transformado num local de monumentos habitados temporariamente pelos turistas, despojados da sua população ou sem se entender a dinâmica dos atores sociais que aí vivem. A manutenção e a interação entre visitantes e visitados são fundamentais para o equilíbrio das dinâmicas socioculturais dos bairros históricos da capital portuguesa.

O turismo não pode ser um agente de predação económica mas sim, um produtor ativo de bem-estar socioeconómico e cultural dos habitantes do CHL. Em todo este processo, a figura do mediador, representada nos habitantes locais, *empoderados* através do ecomuseu, afigura-se imprescindível (MAGALHÃES, 2017), para construir pontes entre diversos atores sociais com comportamentos culturais tão diversos.

5 CONCLUSÕES

As nossas conclusões situam-se em torno dos conceitos fundamentais sobre os quais se construiu este texto: centros históricos, Nova Museologia e ecomuseus, turismo, residentes, tradição e autenticidade. Todos eles se encontram relacionados, nesta segunda década do século XXI. Os tempos atuais, marcados por uma globalização sem precedentes, representam desafios muito exigentes a todos esses atores sociais. Entender as dinâmicas socioculturais que vivemos na contemporaneidade pressupõe que todos os cidadãos possuam a capacidade de receber e de ler os factos que afetam a sua vida, de forma crítica e reflexiva.

O aparecimento das cidades tem já alguns milénios, os seus centros, que atualmente se denominam de históricos, emergiram a partir do desenvolvimento do meio urbano, e acompanharam o desenvolvimento civilizacional. O fenómeno do turismo mais massificado, tal como o conhecemos, é muito recente, e tem sido promovido pelo desenvolvimento dos meios e vias de comunicação bem como pela descida dos custos das viagens. Na Europa, por exemplo, são frequentes as viagens *low cost*, em que companhias aéreas como a Ryanair, conectam Lisboa e Madrid ou Paris, por apenas 20 euros. Atualmente, centros históricos anteriormente pouco conhecidos, como o de Lisboa, são visitados por um elevado número de turistas, o que pode colocar em causa o já frágil equilíbrio de uma área que estava antes muito abandonada e degradada, e era povoada por uma população especial.

Como fazer face a uma situação, em que aqueles que antes eram os únicos frequentadores do espaço vêm, hoje em dia, o seu território ocupado por indivíduos detentores de reportórios culturais tão diversas? Como encontrar o equilíbrio entre todos os atores sociais que vivem e frequentam o CHL, são questões prementes que precisam de resposta, sob o risco do já frágil equilíbrio existente, ser ainda mais posto em causa.

Pensamos que a aplicação dos preceitos da nova museologia, e do seu conceito de ecomuseu, ao CHL, poderá constituir um fator chave para o sucesso desse equilíbrio. Favorece uma saudável interação social e cultural entre visitantes e visitados, e mesmo entre estes, ao mesmo tempo que promove, via turismo, o desenvolvimento económico local.

REFERÊNCIAS

A LISBOA RIBEIRINHA DO PREGÃO E DA VARINA AGORA É SÓ DOS TURISTAS, *Dinheiro Vivo*. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/a-lisboa-ribeirinha-do-pregao-e-da-varina-agona-e-so-dos-turistas/>. Acessado em 18 set. de 2017.

ABIKO, K.; ALMEIDA, M.; BARREIROS, M. Urbanismo: História e Desenvolvimento. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo / Departamento de Engenharia de Construção Civil, 1995. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf>. Acessado em 12 set. de 2017.

AGUIAR, J. Cidade antiga, problemas novos: como a conservação encara(ou) as intervenções em património urbano! Centro Histórico de Lisboa (Conferência Centros Históricos e Vida Contemporânea IHRU), 2009. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/Jose_Aguiar_intervencao_oral.pdf. Acessado em 20 set. de 2017

ALVES, A. Um Século de Congelamento. Disponível em: <http://pl.proprietarios.pt/artigos/b49/um-seculo.htm>. Acessado em 14 set. de 2017.

CANO, N. Paisaje, Identidad Y Memoria. *Ankulegi: Gisarte antropología aldizkaria*. Donostia: Ankulegi antropología elkarte, p. 47-58, 2006.

CASA PORTUGUESA DO PASTEL DE BACALHAU. Disponível em: <http://pasteisdebacalhau.com/>. Acessado em 18 set. de 2017.

CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA (Câmara Municipal de Lisboa 2017). Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro-historico>. Acessado em 20 ago. de 2017.

CRUZ, P. Regeneração Urbana de Centros Históricos: O Caso do Alentejo Litoral. Lisboa, 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território) Universidade de Lisboa.

DAVAULT, C. Nantes, ville du monde: invention de tradition et délocalisation de la production. In Dejan D. (dir.) *Fabrication des traditions: Invention de modernité*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2004.

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LISBOA 2015-2016 (Rede Social Lisboa). Disponível em http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/DIAGN%C3%93STICO_SOCIAL_SINOPSE.pdf. Acessado em 13 set. de 2017.

DUNCAN, C. Art Museums and the Ritual of Citizenship. In: Karp, I.; Steven Lavine, S. D. (eds.), *Exhibition Cultures; The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 88-103, 1991.

ESTATÍSTICAS DE TURISMO 2016. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. I. P., 2017.

FOSTER, R. Making National Cultures in the Global Ecumen. *Annual Review of Anthropology*, nº 20, p. 235-260, 1991.

GLASS, R. Introduction: aspects of change. In *London: Aspects of Change*. London: ed. Centre for Urban Studies, London: MacKibbon and Kee, 1964.

HERNÁNDEZ, J. El Patrimonio histórico y arqueológico: valor e uso. Barcelona: Ariel Patrimonio, 2ª ed., 2002.

HERNÁNDEZ, J.; TRESSERRAS, J. Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio, 2005.

HOBBSAWM, E., RANGER T. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LE GOFF, J. História. Lisboa: Edições 70, vol. I, 1982a.

LE GOFF, J. Memória. Lisboa: Edições 70, vol. II, 1982b.

LÖFGREN, O. On Holiday: a History of Vacationing. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1999.

MAGALHÃES, F. Museologia, Ecomuseus e Turismo: Uma relação profícua? *Antropológicas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, nº 7, p. 211-224, 2003.

MAGALHÃES, F. Museus, Património e Identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição. Porto: Profedições, 2005.

MAGALHÃES, F. Mediador sociocultural: produtor de significados entre a comunidade, o património cultural e o seu público. In Vieira, R.; Marques J.; Silva, P.; Vieira, A.; Margarido, C.; (coords.). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Afrontamento, 2017.

MASTERCARD DESTINATION CITIES INDEX 2017. Mastercard. Disponível em: <https://newsroom.mastercard.com/wp-content/uploads/2017/09/Mastercard-Destination-Cities-Index-Report.pdf>. Acessado em 28 set. de 2017.

MONICA BELLUCCI COMPRA CASA EM LISBOA. *Diário de Notícias*, edição de 12 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.dn.pt/pessoas/interior/monica-bellucci-compra-casa-em-lisboa-5385076.html>. Acessado em 14 ago. de 2017.

NABAIS, A. Le développement des écomusées au Portugal. *Museum*, n. 148, p. 211-216, 1985.

MICHAEL FASSBENDER COMPROU CASA EM LISBOA. *Sábado*, edição de 12 de maio de 2017). Consultado em 13/09/2017. Disponível em <http://www.sabado.pt/social/detalhe/michael-fassbender-comprou-casa-em-lisboa>. Acessado em 14 ago. de 2017.

NABAIS, A. Nova Museologia – Novas Práticas Museológicas. *Vértice*, n. 54 - Maio-Junho, 1993.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça1. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. V. 8, n. 2, pp. 313-334, 2005.

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DE LISBOA. Volume 2. *Diagnóstico da população imigrante residente em Lisboa (2015-2017)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

PRÓS E CONTRAS (XIII) OLH'Ó...TURIIISTA!!!, 2015. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1772/e198486/Pros-e-Contras>. Acessado em 15 set. de 2017.

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – REOT, 2009. Disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1238771502H3wEM6vm9Gj06TH8.pdf>. Acessado em 13 set. de 2017.

RIVARD, R. *Muséologie et Cultures Communication présentée au 4e Atelier International de nouvelle muséologie (MINOM)*. Espagne: Aragon, p.1-4, 1987.

SALGUEIRO, T. Paisagens Urbanas. In Medeiros, C. A. (coord./vol.2), *Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 229-301, 2005.

SEBASTIÃO, A. Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>. Acessado em 10 ago. de 2017.

II DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LISBOA 2015-2016 (REDE SOCIAL LISBOA), 2017. Disponível em: http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/DIAGN%C3%93STICO_SOCIAL_SINOPSE.pdf. Acessado em 13 set. de 2017.

VILAÇA, E. O "Estado da Habitação" Medidas sem Política num País Adiado. *Cidades-Comunidades e Territórios*, n. 03, p. 83-92, 2001.

XEREZ, R. Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa. VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: UNL. 2008.

***The historic center of Lisbon as an ecomuseum:
building bridges between tourists, places and heritage***

Abstract

Tourismophobia has not yet reached Lisbon with the violence that has hit other cities like Barcelona or Venice. However, within the local society of the Historic Center of Lisbon (HCL), the concept of gentrification has already become fashionable in the common sense vocabulary. This happened due to the numerous hostels, hotels, and other tourism entities, which open in the parishes of the city historic area, as well as its search by famous people, accused of plundering former residents of their homes. They are mostly elderly people with poor incomes, unable to buy or pay ever higher rental prices. However, tourism growth, particularly in the Lisbon historic area, has been positive, both in qualitative and quantitative terms. In fact, the HCL was a degraded and abandoned area, populated by ruined historic buildings, in risk of the irreversible loss. Many of these buildings became places of drug addiction, inhabited and frequented by drug addicts. Due to the growing tourist interest in HCL, it has been massively recovered. But, the encounters between diverse social actors, in the same space, can cause conflicts. We therefore present the application of the Ecomuseum concept to the HCL, as a strategy that would serve for a fruitful sharing of experiences between all of them, avoiding in this way, the emergence of tensions. At the same time, we present a critical view on concepts such as tradition and authenticity, so often misunderstood.

Keywords: *Historic Center of Lisbon, heritage, tourism, ecomuseum.*

Artigo recebido em 29/07/2017. Aceito para publicação em 28/10/2017.